



III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS
Salvador - BA - Brasil

URBANIZAR PARA INTEGRAR? O CASO DA FAVELA DA ROCINHA EM FEIRA DE SANTANA -
BA

Paula Leilane Oliveira Celestino (UFBA) - paulacelestino1@hotmail.com



URBANIZAR PARA INTEGRAR? O CASO DA FAVELA DA ROCINHA EM FEIRA DE SANTANA - BA

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo destacar os rebatimentos socioespaciais das intervenções urbanas promovidas por macropolíticas em assentamentos urbanos precários, além de enfatizar o papel do Estado na configuração do espaço urbano tomando como referência a Favela da Rocinha, em Feira de Santana – BA. O estudo do espaço urbano através de uma abordagem sobre tal processo se faz pertinente, pois, pois as intervenções urbanas, muitas vezes são acompanhadas de um discurso de melhoria da qualidade de vida da população que residem em áreas impróprias ou irregulares, e na maioria das vezes fomentadas por ações do poder público, ou até mesmo, por sua omissão. Sendo assim, o espaço urbano vai ganhando novas configurações que buscam atender agentes produtores de grande importância, o Estado e o mercado imobiliário, como no caso da cidade de Feira de Santana, onde está situada a Favela da Rocinha. Para a realização da pesquisa a metodologia utilizada priorizou uma revisão teórico-conceitual, pesquisa documental, pesquisa de campo e discussão dos resultados.

Palavras-chave: Espaço Urbano. Favela da Rocinha. Estado.

ST-1: Projeto, Processo, Superação de Limitações



1. INTRODUÇÃO

A expansão urbana brasileira destaca cenários antagônicos que expressam as fragilidades e a ausência das políticas urbanas e habitacionais, ou mesmo, revelam o papel e interesse do Estado através da distribuição desigual de serviços, infraestruturas, equipamentos urbanos e pelas formas de apropriação e uso do solo urbano, em detrimento de agentes como os proprietários dos meios de produção e os agentes imobiliários, tendo como um dos resultados a (re)produção de espaços segregados como os denominados assentamentos precários¹.

Este trabalho tem como objetivo destacar os rebatimentos socioespaciais das intervenções urbanas promovidas por macropolíticas em assentamentos urbanos precários, além de enfatizar o papel do Estado na configuração do espaço urbano tomando como referência a Favela da Rocinha, em Feira de Santana – BA. De tal modo, o estudo do espaço urbano através de uma abordagem sobre tais processos se faz pertinente, pois as intervenções urbanas, muitas vezes são acompanhadas de um discurso de melhoria da qualidade de vida da população que residem em áreas impróprias ou irregulares, conferindo uma nova funcionalidade para estes lugares.

O objeto de estudo delimitado foi a Favela da Rocinha localizada na área da planície de inundação de um corpo hídrico, a Lagoa Grande, e posteriormente avançou para o interior da mesma através do processo de soterramento da lagoa para a edificação de novas moradias, além da alocação de lixo e esgotos domésticos configurando um espaço com grande comprometimento ambiental, acentuada antropização e precariedade habitacional. Vale ressaltar que a Rocinha é o maior assentamento precário de Feira de Santana, a segunda maior cidade do Estado da Bahia apresentando, em 2010, uma população de 499.672², além de uma posição geográfica estratégica, ou seja, é o principal entroncamento rodoviário entre o Norte e o Nordeste do país e de sua relevância urbano-regional.

¹ Essa categoria engloba diversas tipologias de assentamentos, incluindo cortiços, favelas, loteamentos irregulares de moradores de baixa renda e conjuntos habitacionais produzidos pelo setor público, em situação de irregularidade ou de degradação (DENALDI, 2013, p. 99).

² População da cidade de Feira de Santana (distrito sede) com base em informações do Anuário Estatístico (2012) a partir dos Censos Demográficos do IBGE (2010).

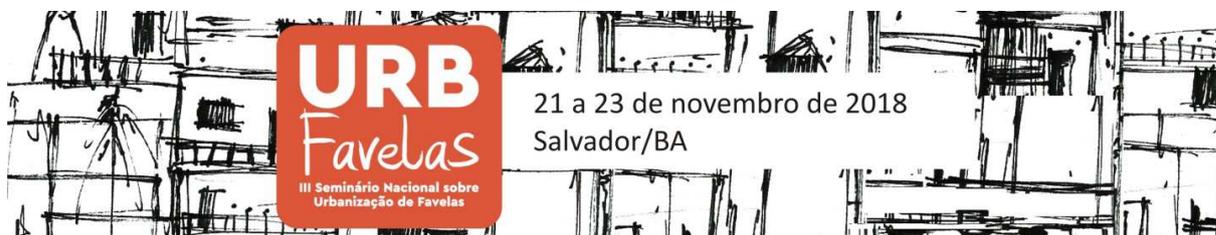
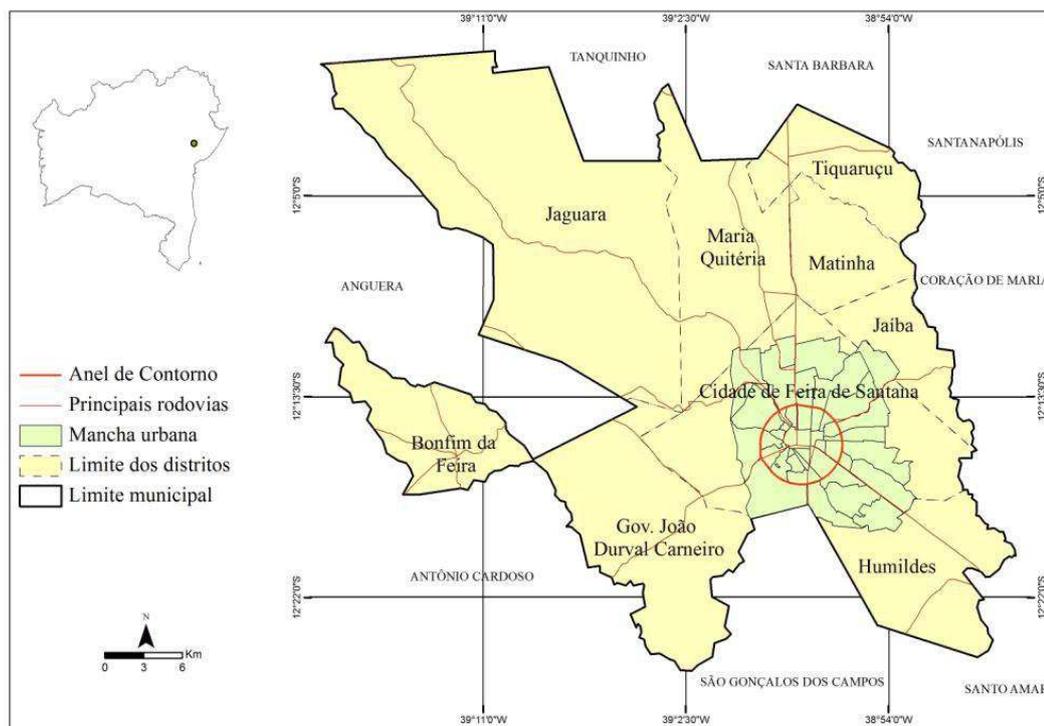


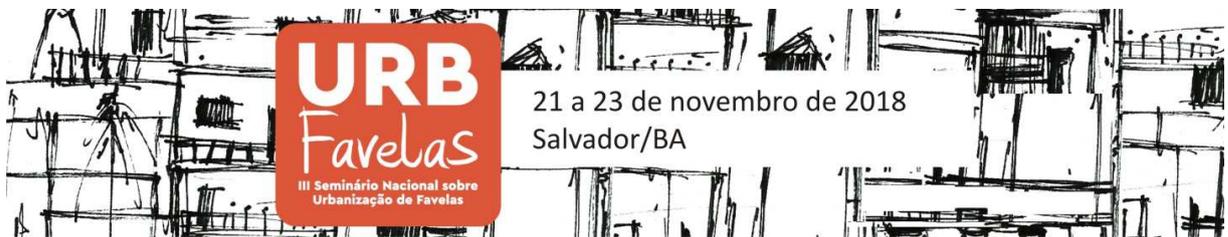
Figura 1 - Localização do Município de Feira de Santana - BA



Fonte: CELESTINO, 2014.

Em 2008 a Lagoa Grande, área onde se encontra a favela da Rocinha, foi contemplada por ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2007-2010) através da efetivação do projeto de requalificação urbana que se encontra em execução. Sendo que, esta ação de requalificação urbana está inserida no Eixo de Infraestrutura Social e Urbana do PAC que visa à recuperação de áreas degradadas, implementação de ações relacionadas à habitação, saneamento e inclusão social principalmente em áreas de assentamentos precários como favelas. Para tanto, propõe-se uma breve análise do processo de urbanização do objeto de estudo citado a partir da macropolítica empreendida pelo Estado, através do PAC, em sua vertente social e urbana.

Para alcançar o objetivo da pesquisa, o primeiro passo foi à realização de um levantamento bibliográfico através de consulta a livros e artigos que serviram de base para a construção do escopo teórico. A segunda etapa foi o desenvolvimento de uma pesquisa documental que consistiu na obtenção de dados secundários a partir do acesso a informações de instituições que serviram de base para a realização da pesquisa através de documentos. Estes dados foram obtidos junto à Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da



Bahia (CONDER), responsável pela execução das obras inerentes a intervenção socioambiental na Lagoa Grande, e de maneira específica, na Favela da Rocinha, além de dados do Ministério das Cidades e Ministério do Planejamento sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A terceira etapa referiu-se à pesquisa de campo que consistiu no reconhecimento, caracterização da área de estudo e registro fotográfico. E como última etapa, à análise e discussão dos resultados.

Nesse sentido, a ciência geográfica permite a análise e compreensão de fenômenos espaciais, como aqueles desencadeados por intervenções como a urbanização de assentamentos precários que não devem ser apenas compreendidas como melhorias e soluções dos problemas urbanos (especialmente a construção de moradias), mas deve ser levado em consideração os agentes que estão envolvidos e quais os interesses que prevalecerão, visto que, apesar da condição político-democrática, observa-se a ação de um Estado neoliberal a serviço dos interesses capitalistas. Desse modo, torna-se inescusável pensar criticamente sobre a postura do Estado frente aos entraves urbanos que demandam a elaboração, efetivação de políticas e projetos urbanos descentralizados condizentes com o contexto local de muitas cidades brasileiras, e que de fato busquem a integração do espaço urbano, e não a fragmentação socioespacial do mesmo.

O texto está estruturado, além da introdução e considerações finais por quatro subitens. O primeiro apresenta uma discussão teórico-conceitual. O segundo subitem trata de forma sumária a formação da Favela da Rocinha no contexto da urbanização da cidade de Feira de Santana. E o terceiro pondera o processo de requalificação urbana enfatizando as etapas de intervenção e seus entraves e desafios.

2. ESPAÇO URBANO E POLÍTICA TERRITORIAL: A INTERVENÇÃO DO ESTADO EM ASSENTAMENTOS URBANOS PRECÁRIOS A PARTIR DO PAC

O espaço urbano abarca um conjunto de relações, cuja inteligibilidade, é cada vez mais complexa, pois é impossível apreendê-lo sem destacar as novas dinâmicas do espaço geográfico impulsionadas pelo modo de produção capitalista.



As diferenciações do espaço urbano devem ser compreendidas a partir da dimensão social, pois os elementos que a compõem são determinantes e produtores da heterogeneidade espacial que se reflete muitas vezes na formação de um tecido socioespacial fragmentado revelando os enclaves do cotidiano urbano e principalmente a necessidade de políticas e outros dispositivos de gestão urbana eficaz, uma vez que, “No espaço urbano, por exemplo, fundem-se os interesses do capital, a ação do Estado e a luta dos moradores como forma de resistência contra a segregação no espaço residencial e pelo direito à cidade.” (CARLOS, 2007, p. 26).

O espaço urbano se traduz em uma relação complexa entre os diferentes agentes que o (re)produzem. Dessa forma, há uma divergência de interesses que resulta em formas diferenciadas de vivenciar o urbano que acaba se transformando em um espaço de lutas, porque as reivindicações e o poder de ação de cada agente que o constitui é desigual demonstrando que a cidade não é usufruída e construída da mesma forma.

Tomando-se por base a abordagem de Corrêa (1989):

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheios de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, engendrada por agentes que produzem e consomem espaço. (CORRÊA, 1989, p. 11).

Segundo o autor, o espaço urbano é articulado e fragmentado, indica contradição de acordo com interesses de seus agentes refletindo e reproduzindo a situação da sociedade capitalista, levando-se em consideração as relações sociais de produção, e de maneira específica o modo de produção capitalista, que além da divisão social em classes, consiste na formação desigual do espaço onde os diversos grupos sociais lutam por condições próprias para sobreviverem segundo suas expectativas e isso implica a produção do espaço (CORRÊA, 1989).

Porque dentre os agentes produtores do espaço urbano o Estado se destaca em relação aos demais agentes?

O Estado torna-se relevante principalmente por ser o único capaz de mover os outros agentes na organização espacial e ordenamento territorial (SILVA, 2008). Portanto, ao se analisar a produção do espaço urbano pode-se perceber que o mesmo é o resultado das relações desenvolvidas por um conjunto de agentes que perpassam as mais variadas escalas e instâncias sociais. Assim, a regulação e normas que regem o espaço urbano são cada vez mais



híbridas, devido ao crescimento da organização da sociedade civil e das empresas; no entanto o Estado possui uma relevante influência no estabelecimento das normas e disponibilização da infraestrutura o que o diferencia dos demais agentes.

Dessa forma, na concepção de Corrêa (1989), o Estado atua essencialmente:[...] e em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações. (CORRÊA, 1989, p. 26).

A partir da concepção do referido autor, entende-se que quando os ideais capitalistas passam a ditar as regras, observa-se a existência de um Estado mercantilizado e comandado por uma mentalidade competitiva, cujo resultado é a produção de lucro a serviço de interesses capitalistas e conseqüentemente verifica-se uma deficiência na distribuição dos recursos orçamentários e a concentração dos mesmos, contribuindo para a promoção de desequilíbrios relativos à:

[...] existência de vantagens, sobretudo, econômicas, comparativamente mais favoráveis a determinadas regiões como decorrência de fatores locacionais e de interação, associados a questões econômicas, políticas, sociais e culturais. (SILVA, 2008, p. 17).

Diante da complexidade que envolve a produção do espaço torna-se necessário, neste estudo, focar e estabelecer uma análise acerca de que forma ou quais princípios são utilizados pelo Estado no processo de intervenção, por meio de ações estratégicas, e quais são os reflexos na configuração do espaço urbano. Sendo assim, será tomada por base a ação do Estado a partir do seu poder político com o estabelecimento de políticas territoriais:

[...] toda e qualquer atividade estatal que implique, simultaneamente, uma dada concepção do espaço nacional, uma estratégia de intervenção ao nível da estrutura territorial e, por fim, mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar essas políticas (COSTA, 1991, p. 13-14).

Tais políticas implicam ações diretas no espaço, por meio de estratégias que resultam em intervenções de rebatimento territorial com a utilização de mecanismos concretos como o Programa de Aceleração do Crescimento (2007-2010), promovido pelo Governo Federal e criado em 2007, com o intuito de fomentar o crescimento econômico e social com equidade a partir de investimentos em infraestrutura através de um conjunto de medidas político-econômicas, conceituado como:

[...] um conjunto de investimentos públicos em infra-estrutura econômica e social nos setores de transportes, energia, recursos hídricos, saneamento e habitação, além de diversas medidas de incentivo ao desenvolvimento econômico, estímulos ao



crédito e ao financiamento, melhoria do ambiente de investimento, desoneração tributária e medidas fiscais de longo prazo. (SIGPLAN, 2013).

Assim, o PAC está estruturado em três eixos estratégicos (logístico, energético e social urbano), mas o que tem maior interesse para este trabalho é o Eixo de Infraestrutura Social e Urbana, que de acordo com o Manual do PAC (2007), as ações que compõem esse eixo estão também inseridas nos Projetos Prioritários de Investimento (PPI) de responsabilidade do Ministério das Cidades e têm por finalidade a intervenção em assentamentos precários³ com o objetivo de executar ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social.

Assim, de acordo com o manual de instruções do PAC, tais ações devem promover a:

[...] implantação de ações necessárias à regularização fundiária, segurança, salubridade e habitabilidade de população localizada em área inadequada à moradia, visando a sua permanência ou realocação, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social. (BRASIL, 2007, p. 3).

Essa intervenção busca a requalificação de aglomerados urbanos caracterizados como precários conferindo-lhes habitação de qualidade, regularização fundiária e saneamento ambiental de forma integrada. De acordo com documento intitulado “Urbanização de Favelas: a experiência do PAC” demonstra que a requalificação urbana concebida pelas novas políticas públicas é definida como um “[...] conjunto de ações suficientes para fazer frente a todas as carências diagnosticadas na área de intervenção e necessárias à elevação dos patamares de qualidade urbanística.” (BRASIL, 2010, p. 13). Para tanto, essa intervenção resultante das concepções do cenário político que vem se desenhando a partir do ano de 2000 são idealizadas em programas como o PAC, que no caso de assentamentos precários, devem ser requalificados tendo como referência os seguintes aspectos: Integração Urbana; Moradia Digna; Regularização Fundiária; Inclusão Social; Componente Ambiental.

A integração urbana busca conectar os assentamentos precários ao tecido urbano da cidade com adoção de melhorias do sistema viário dando a maior acessibilidade aos serviços públicos e à implantação de infraestrutura básica no local. Quanto à moradia, torna-se uma questão mais complexa porque pode implicar no (re)ordenamento espacial, e em alguns casos,

³ Caracterizado pela Urbanização de Assentamentos Precários (PAC) pela “[...] irregularidade fundiária e/ou urbanística; pela deficiência da infraestrutura; pela ocupação de áreas sujeitas a alagamentos, deslizamentos ou outros tipos de risco; pelos altos níveis de densidade dos assentamentos e das edificações combinados à precariedade construtiva das unidades habitacionais; pelas enormes distâncias percorridas entre a moradia e o trabalho associadas a sistemas de transportes insuficientes, caros e com alto nível de desconforto e insegurança; além da insuficiência dos serviços públicos em geral, principalmente os de saneamento, educação e saúde. (BRASIL, 2010, p. 11).



a necessidade de retirada parcial ou total das famílias do seu lugar de moradia quando são identificadas as seguintes circunstâncias:

[...] riscos de incêndio, inundação, desabamento, deslizamento, tremores de terra, sob fios de alta tensão, próximas a áreas insalubres, em áreas de preservação ambiental ou em áreas imprescindíveis à regularização urbanística, para implantação de infraestrutura ou sistema viário, ou, ainda, em áreas não passíveis de regularização. (BRASIL, 2010, p. 14).

A remoção de famílias só deve ocorrer em situações que não são passíveis de mantê-las em seu local de moradia devido tanto aos riscos ambientais quanto à legalidade da terra requerida, seja, em obediência à constituição ambiental ou por se tratar de área pública. Quando é necessária a aplicação dessa alternativa é preciso que:

O local de reassentamento deverá ser, sempre que possível, próximo à área original, em respeito aos laços de vizinhança e trabalho já estabelecidos. Deverá, ainda, ser servida de infraestrutura básica e equipamentos comunitários, que atendam à demanda da comunidade reassentada (BRASIL, 2010, p. 14).

O reassentamento das famílias não deve se tratar apenas da execução de obras com implantação de infraestruturas e equipamentos, mas se deve ter o cuidado em amenizar os impactos causados por esse processo de mudança que deve ser acompanhado pela execução de serviços como: o bom funcionamento de transportes, acesso à educação, serviços médicos e sociais, áreas de lazer e um espaço de segurança de forma que não possa reproduzir as antigas instalações e formas de habitabilidade, como nos assentamentos precários em que viviam.

Outro componente relevante é a regularização fundiária, constituindo-se na parte que demanda maior tempo para ser realizada, pois o processo de intervenção só poderá ser iniciado mediante identificação e comprovação de títulos da área para posteriormente definir como será assegurada a propriedade dos lotes ou unidades habitacionais. Contudo, o objetivo que se quer alcançar é garantir a propriedade ou posse da terra e garantir que os assentamentos precários estejam de acordo com a legislação urbana e ambiental.

A inclusão social consiste na realização de trabalho social na área de intervenção sendo fundamental para assegurar que a implantação de projetos, como o de requalificação no assentamento precário da Rocinha, seja acompanhada pela comunidade, além de promover a organização e formação de lideranças locais, desenvolvimento socioeconômico através de ações socioeducativas, qualificação profissional e identificação das potencialidades locais.



Sendo que, após a execução das obras, o trabalho social media todo o processo de intervenção urbana, prologando-se ainda o acompanhamento das famílias por um determinado período (seis meses a um ano) (BRASIL, 2010).

O aspecto ambiental é tratado com a adoção de medidas que visam a recuperação de áreas ambientalmente frágeis através de saneamento básico, despoluição de mananciais hídricos e implantação de parques multiuso juntamente com o desenvolvimento de atividades ambientais educativas que possam mobilizar a comunidade local e garantir uma convivência ambientalmente equilibrada com os elementos naturais (fauna e a flora) local. Tais ações só são permitidas com a apresentação de licenças e autorizações ambientais dos órgãos competentes responsáveis pela intervenção, no caso do município, compete à secretaria de meio ambiente fiscalizar a implantação de projetos como, por exemplo, em áreas de Proteção Permanentes (APP).

Essas ações pretendem integrar os espaços “a margem” das políticas públicas urbanas e habitacionais à dinâmica urbana da cidade, através da requalificação urbana materializada com a execução de projetos. Porém, nem sempre os projetos de intervenção urbana estão engajados com o contexto das áreas em que serão implantados, ou estão em desconexo com as reais necessidades da população.

3. O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA FAVELA DA ROCINHA: ENTRAVES E DESAFIOS

A formação da Favela da Rocinha remete-se ao contexto da problemática urbanização brasileira impulsionada pelo desenvolvimento industrial, em que a Política de Integração Nacional teve um papel fundamental no desenvolvimento urbano-regional da cidade de Feira de Santana com a implantação de rodovias tornando-se um ponto de interligação entre as principais regiões econômicas do país e desponta como centro de convergência com a construção e consolidação do Centro Industrial do Subaé (CIS), entre 1970 e 1980:

A cidade de Feira de Santana, um centro de convergência regional, pela capacidade de concentração de uma maior quantidade de bens e serviços na região, com ascensão crescente do comércio e a presença de um centro industrial tem seu papel de comando na região, apoiado inicialmente na pecuária e hoje, nos setores secundários e terciários. (FREITAS, 1998, p. 71).



Esses fatores trouxeram implicações econômicas e socioespaciais com a atração de investimentos para os ramos produtivos a serem instalados no CIS, como também para pessoas em busca de emprego e melhores condições de vida com a oferta de serviços importantes nas áreas de educação, saúde e comércio transformando Feira de Santana em um polo regional segundo Santo (2012).

Desse modo, a demanda populacional na cidade tornava-se cada vez mais acentuada pela falta de políticas habitacionais que pudessem acompanhar esse processo. Nesse momento, observou-se a formação de um padrão de ocupação do espaço a partir da apropriação de áreas, em algumas situações ambientalmente frágeis para construção de moradias. Por conseguinte, a partir do decênio de 1970, através de uma ação planejada, o governo municipal, na tentativa de amenizar os problemas de moradia pela falta de uma política de habitação para a população de baixa renda, procedeu à doação de lotes e material para a construção das casas com a criação do Plano Municipal de Habitação Popular (PLANOLAR), instituído pela Lei nº825/77:

O Plano do município doou lotes e instalou água, energia e viabilizou transporte para vários loteamentos. As famílias construiriam as casas. Entre os núcleos, incluem-se a Rocinha, o Aviário, o Panorama, o Jussara, enfim, foram mais de doze loteamentos implantados seguindo as regras do PLANOLAR. (OLIVIEIRA, 2010, p. 93).

Entretanto, a alternativa municipal de criação de loteamentos posteriormente favoreceu ao surgimento de ocupações “ilegais”, como por exemplo, o surgimento do Bairro Lagoa Grande que teve sua ocupação iniciada na década de 1970, nas proximidades da Lagoa Grande, com a implantação de um loteamento impulsionado pelo o poder público municipal com o PLANOLAR. Dita iniciativa, acabou se transformando em um atrativo para as famílias que viviam em moradias de aluguel e começaram a se estabelecer nessa área que ficou conhecida como Favela da Rocinha, com aproximadamente 11.362 habitantes constituindo-se como um dos maiores assentamentos subnormais de Feira de Santana (CONDER, 2008).

A referida ocupação foi acompanhada de sérios danos ambientais porque uma parte considerável da população deste bairro, que vive na Favela da Rocinha, se estabeleceu na área da planície de inundação da lagoa e posteriormente avançou para o interior da mesma através do processo de soterramento do corpo hídrico (figura 2) para a edificação de novas moradias. Do mesmo modo, observou-se a alocação de lixo (figura 4) e esgotos domésticos (figura 5).

Figura 2 – Área soterrada da Lagoa Grande (Rocinha)



Fonte: celestino, 2014.

Figura 3 – Habitações Precárias (Rocinha)



Fonte: celestino, 2014.

Figura 4 – Alocação de lixo na Lagoa Grande (Rocinha)



Fonte: celestino, 2014.

Figura 5 – Esgotos domésticos (Rocinha)



Fonte: celestino, 2014

As imagens destacam um espaço acentuadamente antropizado, provocando danos ambientais como prejuízos à fauna, à flora local e contaminação da água que pode atuar como vetor de doenças entre outros problemas.

É necessário frisar que a lagoa e todo seu entorno constituem-se em Área de Proteção Permanente (APP)⁴ (figura 6), que de acordo com a legislação ambiental brasileira é prevista pelo Código Florestal, Lei nº4.771/65 e regulamentadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) a partir das resoluções 302 e 303 do ano de 2002 e pela resolução 369 mais recente de 2006.

⁴ A Resolução CONAMA nº 303 de 2002 apresenta os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente (APP). Tal resolução define como Áreas de Preservação Permanente, os casos das nascentes e lagoas nos quais está previsto que a metragem mínima será de “trinta metros, para as que estejam situadas em áreas urbanas consolidadas e cem metros, para as que estejam em áreas rurais, exceto os corpos d’água com até vinte hectares de superfície, cuja faixa marginal será de cinquenta metros.” (BRASIL, 2002).



Desse modo, fica evidente a necessidade de uma intervenção com o objetivo de não somente fornecer uma infraestrutura adequada para os moradores que vivem de forma precária na área da lagoa, mas principalmente por se tratar de uma Área de Proteção Permanente (APP), pois de acordo com Maricato (2001):

As áreas ambientalmente frágeis – beira de córregos, rios e reservatórios, encostas íngremes, mangues, áreas alagáveis, fundos de vale – que, por essa condição, merecem legislação específica e não interessam ao mercado legal, são as que “sobram” para moradia de grande parte da população. As conseqüências são muitas: poluição dos recursos hídricos e dos mananciais, banalização de mortes por desmoronamentos, enchentes, epidemias, etc. (MARICATO, 2001, p. 163).

A partir do reconhecimento e caracterização da área de estudo foi possível ratificar as fragilidades espaciais urbanas na área da Lagoa Grande conhecida como Favela da Rocinha. Sendo assim, é notória a grande deficiência de estruturas e a presença de moradias precárias que se encontram em áreas aterradas do corpo hídrico. Portanto, fica evidente a necessidade de uma intervenção com o objetivo de fornecer uma infraestrutura adequada para os moradores que vivem de forma precária na Rocinha, na área da lagoa, gerando graves problemas sociomambientais.

2.1 Projeto de urbanização

Para recuperação ambiental da Lagoa Grande e como também garantir uma melhor qualidade de vida para os moradores que estão situados dentro da área de Proteção Permanente (APP), dentre as ações do PAC (2007-2010) previstos para Feira de Santana, a Lagoa Grande, foi contemplada com a ação de requalificação urbana (Figura 6) a ser executado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER). Esse projeto resulta da parceria entre o governo Estadual e Federal previsto no Eixo de Infra-Estrutura Social e Urbana que busca a partir de estratégias que visam beneficiar principalmente os aglomerados subnormais (favelas) com ações de melhorias habitacionais, saneamento, inserção social e recuperação de áreas degradadas (CONDER, 2008).

A requalificação urbana abrange não apenas área de infraestrutura precária, todavia contempla o do Bairro Lagoa Grande por meio de um conjunto de ações com o objetivo de beneficiar não somente a população local, mas de integrar aquele espaço ao tecido urbano da cidade. Desse modo, os trabalhos são acompanhados por uma equipe técnica social, na área



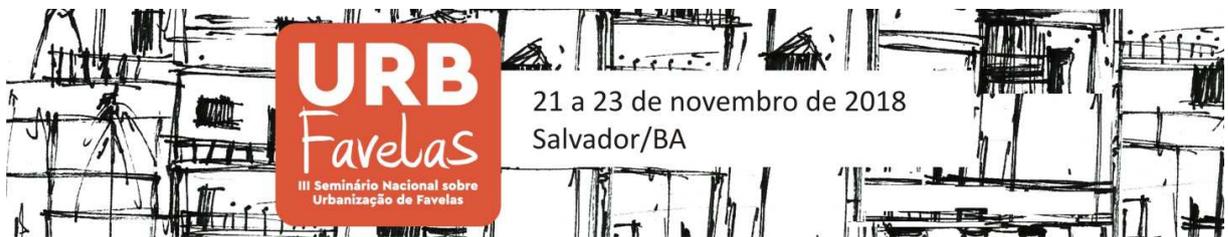
delimitada como de abrangência do projeto em que serão feitas melhorias habitacionais; construção de unidades sanitárias; regularização fundiária, no caso das moradias estarem situadas em terras públicas, ou que o morador não tem como comprovar a posse do da área ocupada em que construiu sua casa; implantação de equipamentos comunitários, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, abastecimento de água, maior acessibilidade à área com a pavimentação, realização de obras viárias e a construção de unidades habitacionais para o reassentamento de 690 famílias localizadas na Favela da Rocinha, nas áreas identificadas como de risco, sujeita a alagamentos, pois se encontram na planície de inundação da Lagoa Grande que se configura de acordo com a legislação ambiental em uma Área de Proteção Permanente (APP).

Os investimentos que foram empregados para essa intervenção urbana foram estimados em R\$ 68 milhões, dos quais R\$ 55,7 milhões oriundos do Governo Federal, através do PAC e R\$ 12,3 milhões do Governo do Estado (BAHIA, 2009). Por ter ultrapassado o tempo compreendido pelo PAC 2007-2010, conhecido como PAC 1, a intervenção da Lagoa Grande atualmente está sob vigência do PAC 2⁵ que é a implementação das projeções do primeiro programa e a agregação de novos eixos.

Para nortear o processo de requalificação urbana executado pelo Governo Estadual a partir dos parâmetros do PAC foi elaborado o Projeto Integrado de Desenvolvimento Socioambiental⁶ tomando por base também os estudos realizados pela PMFS sobre a Lagoa Grande. Esse projeto objetivou o desenvolvimento dos trabalhos sociais na área de intervenção que envolve melhorias das condições de moradia, recuperação ambiental e reassentamentos de famílias que foram retiradas do seu espaço de vivência por se tratar de uma área ambiental, sujeita a alagamentos, carência de equipamentos urbanos, infraestrutura

⁵ Não interessa neste estudo fazer uma análise do PAC 2, uma vez que as ações de requalificação urbana previstas para a Lagoa Grande continuam com o mesmo objetivo de intervir em assentamentos precários, apenas localiza-se no Eixo Minha Casa Minha Vida que compõe o atual programa. Nota da autora.

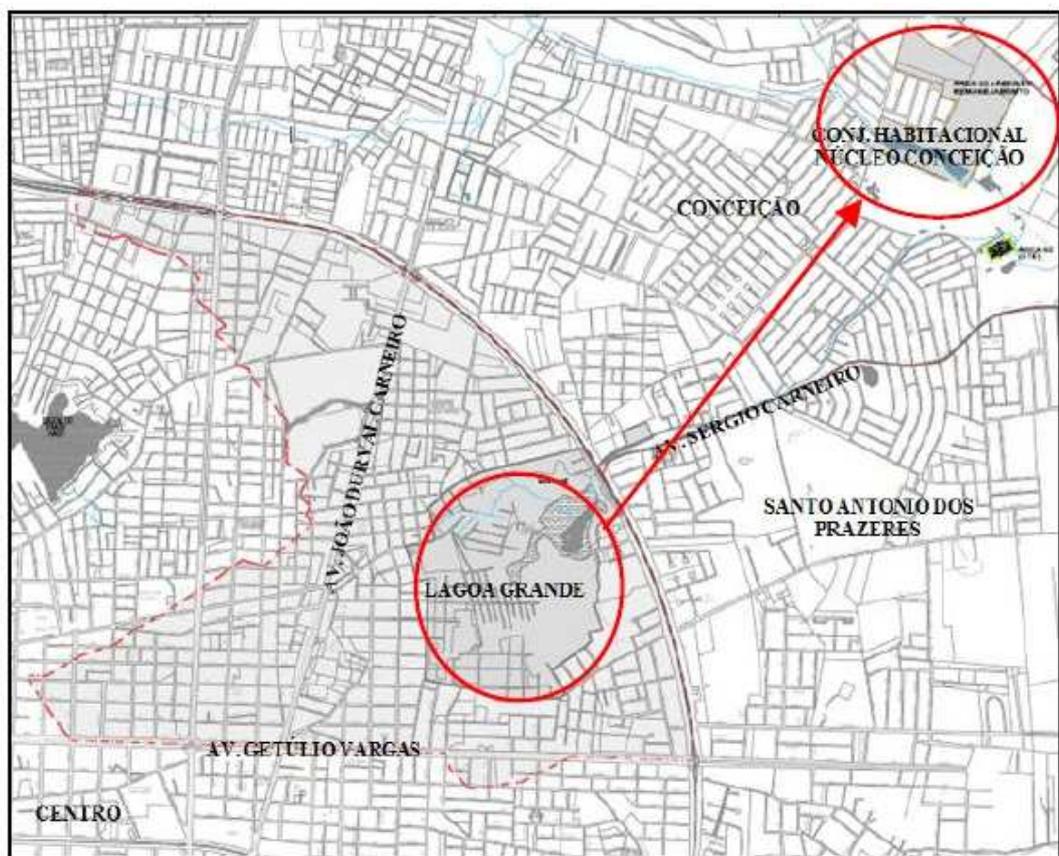
⁶ Através das ações previstas neste projeto a população será trabalhada para adequar-se às transformações que irão ocorrer com a intervenção física. Essas ações sociais serão desenvolvidas antes, durante e após a conclusão da obra, permitindo que os agentes da comunidade participem de todo o processo, constituindo-se uma relação dialética de trocas, aprendizado mútuo, auto-referenciamento e reconhecimento em relação ao novo espaço com os benefícios implantados. (CONDER, 2008, p. 5).



precária e inadequada para habitação. Assim, é necessário investigar as implicações socioespaciais provocadas por uma intervenção de grande porte como essa.

De acordo com a demanda apresentada pelas famílias da Favela da Rocinha, foi construído um conjunto habitacional denominado Núcleo Conceição (figura 7) localizado no Bairro Conceição.

Figura 7 - Localização do Conjunto Habitacional Núcleo Conceição



Fonte: CONDER, 2008.

A área destinada para reassentamento está situada a nordeste do Bairro Lagoa Grande e no setor Leste da cidade de Feira de Santana, distando mais de 3 km entre o assentamento precário da Rocinha e tem como via de acesso principal a Avenida Doutor Antônio Sérgio Barradas Carneiro que corta o Bairro Santo Antônio dos Prazeres e dá acesso a BA 503, conhecida como estrada do Aeroporto.



2.3 Entraves e desafios no processo de urbanização da Rocinha

Toda intervenção urbana gera implicações socioespaciais. Como remover pessoas, que por mais fragilidades que tenham, encontram-se perto do seu trabalho, do centro comercial da cidade e mantêm vínculo com o lugar?

Por conseguinte, no processo inicial de reassentamento das famílias observou-se que o espaço destinado para receber as famílias da Rocinha e seu entorno apresentavam as seguintes características:

Próximo a área existem 02 pontos de ônibus, cada um localizado cerca de 600 metros do local. Nos bairros do entorno estão situados, uma escola municipal, uma estadual e um posto de saúde da família, além de um comércio com padaria mercearias, vendas, bares entre outros. Considerando as carências da área do bairro Conceição onde está situado o loteamento que abrigará as famílias reassentadas de Lagoa Grande, o projeto prevê a construção de equipamentos acima citados, além de ações socioeducativas do projeto Técnico Social. (CONDER, 2008, p. 50).

A caracterização da área em que conjunto foi inserido revela as fragilidades que a cercam, como no caso do ponto de ônibus para onde as famílias têm que se deslocar de uma determinada distância, enquanto que na Rocinha por sua proximidade com duas das principais avenidas da cidade (Getúlio Vargas e João Durval Carneiro) o acesso aos transportes e ao centro da cidade é mais rápido. Foi destacada também a existência de uma escola e de uma unidade de saúde, mas não foi explicitado sobre a localização dos mesmos de forma que pudesse ser averiguada a acessibilidade dos moradores reassentados a estes serviços. Vale destacar que no caso do posto de saúde as famílias precisam estar cadastradas para serem atendidas e quanto às escolas, é necessário uma verificação do número de vagas e o processo de transferência dos alunos oriundos da Rocinha de forma que não se prejudique o ano letivo dos mesmos.

Em 2011, grande parte das unidades habitacionais estavam em fase de construção (figura 8) e na parte em que as obras estão mais adiantadas as ruas estão devidamente calçadas. Segundo o Plano de Reassentamento, cada unidade (figura 9) foi projetada para conter sala, cozinha, dois quartos, além de uma área de serviço e banheiro, perfazendo um total de 47,54 m² de área construída (CONDER, 2008).

Figura 8 – Conjunto Habitacional Núcleo Conceição



Fonte: CELESTINO, 2014.

Figura 9 – Unidade habitacional no Conjunto Habitacional Núcleo Conceição



Fonte: CELESTINO, 2014.

A transferência das famílias foi iniciada no primeiro trimestre de 2012 e até o final de 2013 ainda estava ocorrendo a entrega das chaves das residências (figura 10), de acordo com os levantamentos e sondagens 600 famílias já haviam recebido as casas no conjunto habitacional. Por se tratar de uma grande construção, as casas foram construídas por etapas. Vale ressaltar que algumas famílias optaram pela indenização. Sendo assim, a estimativa de 690 unidades foi mantida e as casas que não foram ocupadas para reassentamento foram empregadas em outras demandas habitacionais considerando o cadastro de moradores junto a Secretária de Habitação de Feira de Santana.

A partir dos trabalhos de campo desenvolvidos no conjunto habitacional, notou-se a existência de uma infraestrutura importante, no início do processo de reassentamento das famílias, como posto de saúde, prédio para a creche (figura 10), e galpão de reciclagem (figura 11), que ainda não estão em funcionamento, a creche (figura 12) e a quadra poliesportiva (figura 13) que foi inaugurada no final de 2013 e a área destinada para construção de uma possível praça ou área verde.

Figura 10 – Conjunto Habitacional Núcleo Conceição: Prédio destinado ao Posto de Saúde



Fonte: Celestino, 2014.

Figura 11 – Prédio do Galpão de Reciclagem



Fonte: Celestino, 2014.

Figura 12 – Conjunto Habitacional Núcleo Conceição: Prédio para funcionamento da Creche



Fonte: Celestino, 2014.

Figura 13 – Quadras Poliesportivas



Fonte: Celestino, 2014.

Sendo assim, até o início de 2018, o galpão de reciclagem e o centro comunitário encontram-se em processo de reforma. Cabe salientar que, no início do processo de ocupação do conjunto habitacional alguns equipamentos de grande importância como o posto de saúde e a creche não estavam em funcionamento.

Além dos impactos sociais, também é necessário destacar a dimensão ambiental do processo de requalificação urbana, pois a área da Lagoa Grande estava praticamente ocupada pelos moradores da Favela da Rocinha. Contudo, a degradação ambiental da lagoa foi observada a partir de 1990 quando começaram as ocupações e o soterramento de partes deste corpo hídrico para construção de moradias, porque em 1986 a parte da lagoa localizada nas proximidades da Avenida Eduardo Froes da Mota ainda não apresentava ocupação acentuada, com a exposição de seu espelho d'água.

Sendo assim, a evolução da ocupação e as ações socioambientais previstas no planejamento de requalificação urbana da área em que Lagoa Grande está inserida pode ser acompanhada em sequência cronológica de imagens (Figuras 14, 15 e 16).

Figura 14 – Lagoa Grande em 2006



Fonte: Machado (2010).

Figura 15 – Lagoa Grande em 2014



Fonte: Celestino, 2014.

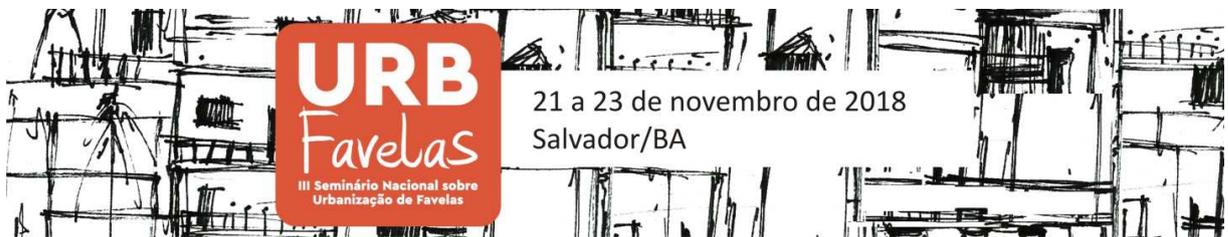
Figura 16: Lagoa Grande em 2016, ainda em obras.



Fonte: Secom, 2016.

Espera-se que as intervenções do Estado através da requalificação urbana do Bairro Lagoa Grande, e de maneira específica a urbanização da Favela da Rocinha, possam favorecer a recuperação ambiental da lagoa e não seja apenas mais um empreendimento que busque melhorar a estética urbana da cidade de Feira de Santana, mas que possa refletir o comprometimento com a qualidade ambiental e social.

A recuperação ambiental deve ser um dos aspectos positivos para a requalificação urbana, porém é preciso se discutir sobre a formação de uma comunidade que se estabeleceu nas adjacências da Lagoa Grande apoiada pelo poder público, segundo Santo (1995), e depois de consolidada ter que passar por um processo de retirada do seu espaço de vivência e se adaptar a uma nova realidade (reassentamento).

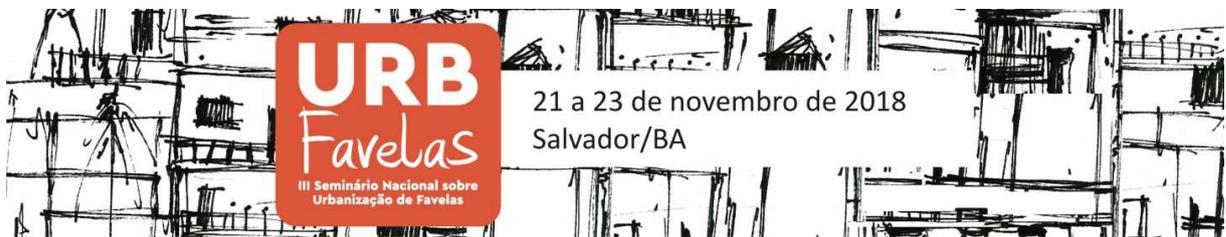


CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação do espaço compreendido pela Favela da Rocinha, no Bairro Lagoa Grande, deve ser analisada em um contexto nacional, ou seja, como resultado dos problemas infraestruturais enfrentados no país que teve seu processo de urbanização desacompanhado de políticas habitacionais. Logo, deve ser ressaltada a raiz de todo esse cenário que é a ação do Estado capitalista observado no processo de industrialização do país e a tentativa de descentralização dessa atividade, principalmente a partir de 1960 com Política de Integração Nacional, em que, foram feitos altos investimentos econômicos desconectado das estatísticas sociais produzindo, principalmente nas grandes cidades, a atração de grandes contingentes populacionais.

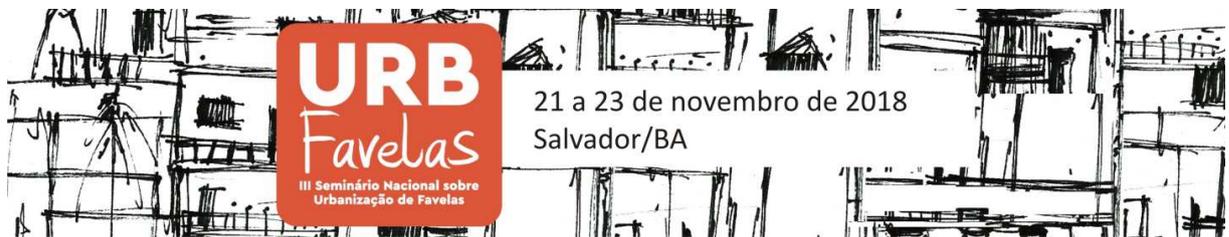
A definição de intervenção urbana empreendida na Lagoa Grande significa recuperar o patrimônio ambiental, dar uma área de lazer à população feirense e habitações dignas aos moradores que se localizavam na área caracterizada como precária e com riscos de inundação. Cabe pontuar que a morosidade das obras também é um forte entrave, pois o projeto ainda não atingiu o objetivo socioambiental esperado, um vez que ainda se encontra em execução. Sendo assim, essa ação torna-se desafiadora, especialmente no que tange ao reassentamento de famílias, pois a área em que está localizada a Lagoa Grande apresenta grande densidade demográfica por se situar em uma área da cidade que dista poucos quilômetros do centro comercial e de serviços onde existe forte especulação imobiliária pela proximidade com avenidas que dão dinamicidade e interligam a área central onde se concentra a maior parte do comércio e serviços da cidade. Então, como construir um conjunto habitacional nas proximidades de sua antiga área de moradia?

Assim, é preciso demonstrar as duas faces do mesmo agente, o Estado, que atua através de mecanismos institucionalizados, e em outras vezes, pode se mostrar omissos como na situação da Favela da Rocinha, cuja ocupação foi permitida pelo poder público municipal. Entretanto, ao mesmo tempo, observa-se também um Estado ausente denunciado pelas condições precárias de moradia, uma vez que todos têm o direito a ter acesso com equidade aos serviços e aos equipamentos urbanos e comunitários.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Urbanização de favelas: a experiência do PAC**. Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/PAC_Urbanizacao_de_Favelas_Web.pdf>. Acesso em: 20 out. 2012.
- _____. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação / Centro de Estudos da Metrópole/ Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. **Assentamentos Precários no Brasil Urbano**. Brasília: Ministério das Cidades, 2007. Disponível em: <<http://www.capacidades.gov.br/biblioteca/detalhar/id/98/titulo/Assentamentos+Precarios+no+Brasil+Urbano>>. Acesso em: 22 fev.14.
- _____. **Resolução nº. 303** - CONAMA, de 20 de março de 2002. Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Proteção Permanente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30302>>. Acesso em: 20 jun. de 2012.
- _____. Programa Aceleração do Crescimento (PAC). **Manual de Instruções: Projetos Prioritários de Investimentos – PPI - Intervenções em Favelas (2007-2010)**. Disponível em: <http://www.gov.br/ministerio-das-legislacao/instrucoesnormativas/instrucoesnormativas-2007/AnexoIN29_2007.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2012.
- _____. **SIGPLAN - SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS E DE PLANEJAMENTO**. [Portal institucional]. 2013. Disponível em: <www.sigplan.gov.br> Acesso em: 15 mar. 2013.
- CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH- Departamento de Geografia da USP, 2007. Acesso em: 25 mar. 2012.
- CELESTINO, P. L. O. **Requalificação Urbana: entraves e desafios no Bairro Lagoa Grande na cidade de Feira de Santana - Bahia (2000-2013)** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências, 2014.
- CONDER – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. **Projeto integrado de desenvolvimento sócio-ambiental: Lagoa Grande**. Feira de Santana: Programa de Aceleração do Crescimento, 2008.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. **Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão**. In:
- COSTA, Wanderley Messias de. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.



DENALDI, R. (Org.). Assentamentos precários do tipo favela e loteamento: identificação, dimensionamento e tipologias de intervenção. In: **Planejamento habitacional: notas sobre a precariedade e terra nos planos locais de habitação**. São Paulo: Annablume, 2013. p. 97-126.

FREITAS, N. B. **Urbanização em Feira de Santana**: influência da industrialização (1970 – 1996). 1998. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 1998.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **População de Feira de Santana**. Disponível em:
<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=291080>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

MARICATO, E. Formação e impasse do pensamento crítico sobre a cidade periférica In: _____. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2011. p. 99-169.

OLIVEIRA, M. L. **Espaço urbano e o modo de vida na favela**: a voz dos moradores da Rocinha em Feira de Santana-Ba. 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade Salvador – UNIFACS, Salvador, 2010.

SILVA, O. A. **Recursos hídricos ação do Estado e reordenação territorial**: o processo de implantação da barragem e do distrito de irrigação de Ponto Novo no estado da Bahia – Brasil. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Santiago de Compostela. Santiago de Compostela, Espanha, 2008.